



Juiz de Fora

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
LEI MUNICIPAL Nº 8076 DE 11/05/92
JUIZ DE FORA – MINAS GERAIS



EIXO 2
Participação Social

MUNICIPAL

1. Definir a gestão do novo Hospital Regional como público, e de responsabilidade do Estado de Minas Gerais.
2. Pactuar novos serviços com o Hospital Regional João Penido, tais como: abertura da porta, novas cirurgias, leitos de UTI's, maternidade, violência sexual, serviço de transporte de pacientes dentre outros.
3. Cumprir as proposições das conferências Nacional, Estadual e Municipal, reconhecendo como espaço democrático e legítimo de deliberação das políticas, garantindo a transparência através da divulgação em site de linguagem fácil que permita o entendimento.
4. Garantir o financiamento para que os conselheiros tenham ajuda de custo para participação em diversos eventos.
5. Garantir a realização de uma plenária pós-conferência para recolhimento de aprovação de propostas, melhor informação para população participante sobre as propostas aprovadas e deliberações.
6. Garantir a execução dos programas específicos que atendam com equidade às demandas das minorias sociais: população em situação de rua, população carcerária, indígena, negra, ciganos, pessoas com deficiência, idosos e população LGBT, e outras.
7. Garantir a acessibilidade para as pessoas com deficiências participarem das reuniões dos conselhos.



Juiz de Fora

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
LEI MUNICIPAL Nº 8076 DE 11/05/92
JUIZ DE FORA – MINAS GERAIS



EIXO 2
Participação Social
ESTADUAL

1. Definir a gestão do novo Hospital Regional como público, e de responsabilidade do Estado de Minas Gerais.
2. Pactuar novos serviços com o Hospital Regional João Penido, tais como: abertura da porta, novas cirurgias, leitos de UTI's, maternidade, violência sexual, serviço de transporte de pacientes dentre outros.
3. Cumprir as proposições das conferências Nacional, Estadual e Municipal, reconhecendo como espaço democrático e legítimo de deliberação das políticas, garantindo a transparência através da divulgação em site de linguagem fácil que permita o entendimento.
4. Garantir que o Conselho Estadual de Deficientes não acabe, devido sua importância.
5. Garantir o financiamento para que os conselheiros tenham ajuda de custo para participação em diversos eventos.
6. Garantir a realização de uma plenária pós-conferência para recolhimento de aprovação de propostas, melhor informação para população participante sobre as propostas aprovadas e deliberações.
7. Garantir a execução dos programas específicos que atendam com equidade às demandas das minorias sociais: população em situação de rua, população carcerária, indígena, negra, ciganos, pessoas com deficiência, idosos e população LGBT, e outras.
8. Garantir a acessibilidade para as pessoas com deficiências participarem das reuniões dos conselhos.
9. Assegurar (ouvidoria / controle social) o vínculo no conselho para serem ouvidas necessidades dos egressos do sistema prisional



Juiz de Fora

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
LEI MUNICIPAL Nº 8076 DE 11/05/92
JUIZ DE FORA – MINAS GERAIS



EIXO 2
Participação Social
NACIONAL

1. Cumprir as proposições das conferências Nacional, Estadual e Municipal, reconhecendo como espaço democrático e legítimo de deliberação das políticas, garantindo a transparência através da divulgação em site de linguagem fácil que permita o entendimento.
2. Garantir equipe técnica definida pelo Conselho Municipal de Saúde para assessorá-lo, com financiamento pelo Poder Público Municipal.
3. Garantir a participação do conselho em todos os hospitais que tem Cacon.
4. Garantir o financiamento para que os conselheiros tenham ajuda de custo para participação em diversos eventos.
5. Garantir a realização de uma plenária pós-conferência para recolhimento de aprovação de propostas, melhor informação para população participante sobre as propostas aprovadas e deliberações.
6. Garantir a execução dos programas específicos que atendam com equidade às demandas das minorias sociais: população em situação de rua, população carcerária, indígena, negra, ciganos, pessoas com deficiência, idosos e população LGBT, e outras.
7. Garantir a acessibilidade para as pessoas com deficiências participarem das reuniões dos conselhos.

Secretaria Executiva do CMS: 3690-7388TEL/FAX:3690-7748 – Ouvidoria: 3690-7453
Home-page: www.pjf.mg.gov.br/consaude / E-mail: cmsjf@ig.com.br